



Farmácia Hospitalar ganha novos *parâmetros*

- Parceria entre Sbrafh e CFF garante revisão dos Padrões Mínimos para a Farmácia Hospitalar.

Pela jornalista Veruska Narikawa,
da Assessoria de Imprensa do CFF.



O pré-lançamento da segunda edição dos Padrões Mínimos para a Farmácia Hospitalar e de Serviços de Saúde foi realizado, no dia 31 de maio, em São Paulo, uma década após a publicação de sua primeira edição. Agora, a Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar (Sbrafh), com a colaboração da Comissão de Farmácia Hospitalar do Conselho Federal de Farmácia, acaba de atualizar os Padrões Mínimos. Para os próximos meses, a Sbrafh planeja lançar os novos parâmetros, em todas as regiões do País.

Para a Presidente da Sbrafh, Maria Rita Garbi Novaes, a atualização era necessária, por conta das mudanças na legislação de saúde e da modernização dos processos. “É importante ressaltar que as atualizações realizadas consideraram a legislação brasileira, para que fosse procedida a adequação aos padrões mínimos em áreas específicas da Farmácia Hos-

pitalar, como logística, farmacotécnica hospitalar, gestão de pessoas e materiais, sugestões para a realização de educação permanente e estrutura física”, completa a Presidente da Sbrafh.

ATRIBUIÇÕES E INFRA-ESTRUTURA – De acordo com o Presidente da Comissão de Farmácia Hospitalar (Comfarhosp) do CFF, Marco Aurélio Schramm, que também é conselheiro Federal de Farmácia pelo Ceará, as principais alterações que constam da segunda edição referem-se às atribuições e infra-estrutura organizacional da farmácia no contexto hospitalar; às informações sobre medicamentos e produtos para a saúde; à otimização da terapia medicamentosa e às atividades relacionadas à educação e à pesquisa.

Segundo a Presidente da Sbrafh, Maria Rita Garbi Novaes, os Padrões constituem-se referenciais teóricos que permitem ao farmacêutico gerenciar a farmácia hospitalar, primando pelo cumprimento de pré-requisitos legais e funcionais que propiciem as condições de segurança e qualidade necessárias para a assistência farmacêutica hospitalar.

“A Sbrafh anseia que, com a adoção destes Padrões, as farmácias hospitalares atendam às condições mínimas de funcionamento. Para tornar isso possível, a distribuição dos Padrões Mínimos será gratuita e realizada primeiramente aos associados da Sbrafh e, depois, aos farmacêuticos hospitalares, hospitais, Conselhos, associações farmacêuticas e instituições de ensino.

Além da parceria com o CFF, a Sbrafh contou com o apoio da empresa AstraZeneca, para realizar a editoração e a divulgação da obra”, afirma Maria Rita Garbi Novaes.

RECOMENDAÇÕES – Segundo a farmacêutica integrante da Comissão de Farmácia Hospitalar do CFF, Ilenir Leão Tuma (GO), para que uma unidade de farmácia hospitalar funcione, satisfatoriamente, deve existir, no mínimo, uma área para administração, outra para armazenamento e uma terceira, para a dispensação e orientação farmacêutica.

“Havendo outros tipos de atividades, deve existir ambientes específicos”, completa. A farmacêutica lembra, ainda, que, de acordo com os Padrões Mínimos, a chefia da farmácia deve contar com ambiente privativo, suporte administrativo e recursos para a atividade de informação sobre medicamentos e produtos para a saúde.

A farmacêutica Eugenie Desiré Rabelo Néri (CE), também integrante da Comfarhosp e Primeira Secretária da Sbrafh, lembra que algumas recomendações dos padrões foram realizadas levando-se em conta o fator ambiente, depois de uma ampla revisão na legisla-



Farmacêutica Maria Rita Garbi Novaes, Presidente da Sbrafh

ção vigente. “A legislação é apresentada, de forma prática, aos farmacêuticos, na segunda edição dos Padrões Mínimos para o Funcionamento da Farmácia Hospitalar e de Serviços de Saúde, que também é fonte de informação e pesquisa”, diz.

Os novos parâmetros mínimos prevêem que a unidade de farmácia hospitalar deve contar com farmacêuticos e auxiliares em número adequado às atividades realizadas, de forma a proporcionar o desenvolvimento de processos seguros e sem sobrecarga ocupacional. Além das atividades desenvolvidas, o número de farmacêuticos e de auxiliares dependerá da complexidade do cuidado, do grau de informatização e mecanização da unidade. “Foi onde conseguimos os maiores avanços, pois levamos em consideração não só o número de leitos, mas também a complexidade da atividade e, claro, algumas referências de padrões internacionais”, disse Ilenir Leão Tuma.

FARMACÊUTICOS POR LEITOS – Entre outras atualizações, o texto dos novos parâmetros recomenda que as atividades básicas de dispensação para pacientes internados e de logística de suprimentos deve contar com, no mínimo, um farmacêutico e um auxiliar de farmácia para cada dez leitos; e um almoxarife para cada 50 leitos.

A farmácia ambulatorial, que cuida do gerenciamento, dispensação e controle de estoque, deve contar com, no mínimo, um farmacêutico para cada 3 mil pacientes atendidos, com tempo de atendimento médio de 20 minutos; um auxiliar administrativo, em tempo integral e dedicação exclusiva para cada 3 mil pacientes, e um auxiliar de farmácia, também, em tempo



Comissão de Farmácia hospitalar (Comfarhosp) do CFF: Drs. Ilenir Leão Tuma, Marco Aurélio Schramm e Eugenie Desirêe Rabelo Néri.

integral e dedicação exclusiva, para cada mil pacientes.

REFERÊNCIA – Maria Rita Garbi Novaes destaca que nenhum outro país das Américas do Sul e Central possui tais padrões para a farmácia hospitalar. “Os países das Américas Central e América do Sul possuem realidades diferenciadas e a maioria tenta obter padrões mínimos de funcionamento para a farmácia hospitalar, embora não tenham um documento que lhes dê respaldo técnico e legal para a realização de muitas atividades. Certamente, os Padrões Mínimos elaborados pela Sbrafh poderão subsidiar a discussão, nesses países e, conseqüentemente, a adoção de medidas que visem a melhorias no setor”, afirma.

BOAS PRÁTICAS – Uma das metas da diretoria da Sbrafh (gestão 2007/09) é a elaboração e publicação de um Guia de Boas Práticas em Assistência Farmacêutica Hospitalar e Produtos para Saúde. A Presidente da Sbrafh, Maria Rita Garbi Novaes, explica que a proposta de elabo-

ração deste livro tem o objetivo de fornecer diretrizes para a padronização de procedimentos seguros e de qualidade em assistência farmacêutica hospitalar, que promova impacto na qualidade da assistência ao paciente, estimulando a mudança qualitativa do segmento.

“O livro está sendo elaborado com objetividade, praticidade e aplicabilidade no dia-a-dia da farmácia hospitalar e serviços de saúde, embora considere todos os padrões de qualidade de instituições nacionais e internacionais. Esta obra deverá assegurar a isenção de conflitos éticos e interesses econômicos, tanto dos autores-colaboradores, como dos parceiros da Sbrafh. Desta forma, o CFF constitui-se como um dos principais parceiros na elaboração, editoração e divulgação do livro, cujo lançamento está previsto para o período de 11 a 13 de junho de 2009, durante o VII Congresso Brasileiro de Farmácia Hospitalar, que será realizado, em Belo Horizonte”, conclui.